



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – Anexo II – Ala A – sala 114
70150-900 Brasília-DF Tel.: (61) 3411-3892/2403 – Fax: (61) 3226-9385

Relatório da 6ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO

Palácio do Planalto, Salão Leste, Brasília (DF), 14 de Dezembro de 2014

- **Pauta:** Lançamento do Programa Ecoforte, Balanço Planapo (Resultados 2013 e Perspectivas 2014), PLOA 2015, Ano Internacional da Agricultura Familiar, III Encontro Nacional de Agroecologia – ENA, Campanha Brasil Orgânico e Sustentável e Semana dos Alimentos Orgânicos.

• 41 Participantes do Governo

Membros da CNAPO

Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR): Selvino Heck e Iracema Moura.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): Daniela Jorge.

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab): Eduardo Soares.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): Carlos Medeiros e José Espínola.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): Sara Lopes.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): -

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa): Jorge Gonçalves e Rogério Dias.

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI): Maguida da Silva.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Cassio Trovatto.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): Daniella Prado.

Ministério da Educação (MEC): Fernanda Almeida.

Ministério do Meio Ambiente (MMA): Larissa Gaivizzo e Paulo Guilherme.

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA): Alexandre Giehl.

Ministério da Saúde (MS): Carlos de Souza.

Outros participantes:

SG-PR: Elisa Guaraná (SNJ), Luisa Saboia (Sec. Executiva CNAPO) e Thaís Bittencourt (Sec. Executiva CNAPO).

Embrapa: Maria Consolacion, Renata Pinho, Terezinha Dias e Ynaíá Bueno.

FUNAI: José Augusto Pereira.

Incra: Cláudia César e Débora Guimarães.

MCTI: Bruno Martinelli.

MDA: Alberto Wanderley, Marcos dal Fabro, Renata Leite e Ronaldo Ribeiro.

MDS: Carolina Chagas, Lilian Rahal e Sávio Costa.

MMA: Cláudia de Souza, Fádria Rebouças, Grisel Crispi, João D'Angelis, Leandro Palos e Shirley Silva.

MS: Leila Brickus

• **40 Participantes da Sociedade Civil**

Membros da CNAPO

Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA): Gabriel Fernandes.

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA): Denis Monteiro e Eugenio Ferrari.

Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA): -

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA): Irene Cardoso e Paulo Petersen.

Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica (AbraBio): Marcos Macedo.

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER): Jaime Weber.

Associação Brasileira de Orgânicos (BrasilBio): Joaquim Filho.

Câmara Temática de Produção Orgânica (CTAO): Romeu Leite.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag): Sara Pimenta.

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS): -

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf): Marcos Rochinsky.

Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FBSPG): Tatiana de Siqueira (Rede Xique Xique).

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu (MIQCB): Francisca Nascimento.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): Carmem Munarini.

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE): Maria Verônica de Santana.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): Sérgio Gørgen (Frei Sérgio).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Francisco Dal Chiavon.

Rede ATER Nordeste: Cinara Del'Arco.

Rede Cerrado: Álvaro Carrara e Jorg Zimmerman.

Rede Ecovida de Agroecologia: Laércio Meirelles.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae): Ludovico da Riva.

Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg): Élson dos Santos e Sandra Procópio.

União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes): Generosa Silva.

Outros Participantes:

AS-PTA: Jean Marc Weid e Luciano da Silveira.

ANA: Eduardo de Sá.

BrasilBio: Paulo D'Andréa.

Campanha Permanente Contra Agrotóxicos e pela Vida: Marciano da Silva.

Contag: Eryka Galindo.

CNS: Clodoaldo Pontes e Edel Moraes.

Fórum Nacional Agrotóxicos: Pedro Serafim.

Frente Parlamentar de Apoio à Agroecologia e Produção Orgânica: Maria do Socorro.

MPA: Anderson dos Santos.

Pastoral da Juventude Rural: Fatima Borba.

Rede Ecovida: Marcelo Passos.

Rede Juçara: Fábio Reis.

Terra de Direitos: Darci Frigo.

Manhã

1. Lançamento Edital Ecoforte

Fernanda Machiaveli, da Secretaria-Geral da Presidência da República deu início à Cerimônia, convidando as autoridades para a composição da Mesa:

- Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho;
- Presidente da Fundação Banco do Brasil, José Caetano;
- Assessor da Diretoria de Infraestrutura Social e Meio Ambiente do BNDES, Francisco Oliveira;
- Representante da Articulação Nacional de Agroecologia, Denis Monteiro;
- Representante da Subcomissão Temática de Produção Orgânica, Sandra Procópio;
- Assessor da SAF/MDA, Cássio Trovatto.

A cerimônia foi iniciada com a apresentação do Edital do Ecoforte pela FBB, representada por Conceição Gurgel, gerente executiva.

- O Ecoforte resultou de uma iniciativa de diversas instituições, entre órgãos governamentais, instituições financeiras e do terceiro setor, que assinaram um Acordo de Cooperação em outubro de 2013;
- Está inserido no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo e tem como objetivo o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas da agroecologia, extrativismo e produção orgânica;
- Suas iniciativas estão direcionadas para agricultores familiares e não familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, com ênfase nas iniciativas voltadas para a inclusão da juventude rural e das mulheres;
- As diferentes instituições parceiras do Ecoforte, sob coordenação da SG/PR e do MDA, realizaram uma série de debates, em diálogo com a sociedade civil, no sentido de identificar demandas e possibilidades de atuação conjunta que pudessem contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos que as redes já vêm desenvolvendo nos território e para a ampliação da escala de produção de base agroecológica, extrativista e orgânica;
- Dentro desse esforço conjunto, a FBB e o BNDES lançam um edital de apoio a projetos territoriais, voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável e de produtos da sociobiodiversidade e sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica;
- O edital tem previsão de duas etapas. Na primeira, serão selecionadas redes para receber apoio. Na segunda, serão selecionados os empreendimentos econômicos vinculados a essas redes;
- Na primeira etapa, as redes concorrerão por meio da apresentação de projetos territoriais, com foco na estruturação de unidades de referência relacionadas à produção de base agroecológica, extrativista ou orgânica;

- No segundo momento, as associações e cooperativas participantes dessas redes selecionadas serão consideradas pré-habilitadas a participarem de chamadas públicas com o objeto de implantar ou melhorar empreendimentos econômicos existentes nos territórios;
- O edital define que os projetos tenham como foco a estruturação de unidades de referência em arranjos que favoreçam a troca das experiências entre os atores que interagem no território e que possam identificar práticas e instrumentos que valorizem essas dinâmicas. Vale ressaltar que não existe uma definição prévia quanto à quantidade de unidades de referência nem quanto ao tipo. Pretende-se que as entidades proponentes e suas redes aproveitem o momento da elaboração dos projetos para discutir quais são os melhores instrumentos e práticas que valorizem as dinâmicas locais e que possam contribuir para a construção desse conhecimento coletivo;
- O total de recursos previstos para apoiar os projetos nessa primeira etapa é de R\$ 25 milhões, podendo ser ampliado conforme disponibilidade orçamentária das duas instituições;
- Os recursos são oriundos da Fundação Banco do Brasil, do Fundo Amazônia e do Fundo Social do BNDES. O valor máximo de investimento com recursos não reembolsáveis, por projeto, é de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais);
- Os projetos podem ser apresentados por associações sem fins lucrativos, fundações de direito privado ou cooperativas, na condição de representantes de redes, compostas por no mínimo três instituições de caráter produtivo, uma vez que o edital está voltado para a ampliação do conhecimento e da escala de produção de produção de base agroecológica, extrativista e orgânica;
- Os projetos que atenderem aos requisitos de habilitação serão classificados de acordo com a pontuação obtida;
- Inicialmente, serão selecionados os três melhores classificados em cada uma das cinco regiões do País, para que se consiga atender às diferentes regiões. Esse critério foi definido no sentido de favorecer a participação de todas as redes, de todas as regiões;
- A partir dessa primeira classificação, serão selecionados os demais projetos, por ordem de classificação geral;
- Na definição dos critérios de pontuação, buscou-ser valorizar a experiência, a densidade e a diversidade das redes que estarão participando do processo;
- No dia 27 de março será realizada uma oficina de capacitação para esclarecer eventuais dúvidas e contribuir para a elaboração dos projetos;
- A recepção das propostas se dará até o dia 16 de maio;

- Maiores informações sobre o edital e a oficina podem ser obtidas na página da FBB, na internet.

Em seguida, a palavra foi passada a cada componente da Mesa.

Denis Monteiro, secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia.

Denis cumprimentou a Mesa, nominalmente, e a todos os presentes. De acordo com Denis Monteiro, é muito significativo o lançamento do programa no ano internacional da agricultura familiar, camponesa e indígena. O Brasil vive um momento de grande visibilidade, em que o mundo busca soluções para crises que colocam críticos desafios à segurança e soberania alimentar. Ele também se referiu ao recente documento do relator da ONU para o direito humano à alimentação, que aponta a agroecologia como enfoque para a reestruturação dos sistemas agroalimentares. O relator da ONU advertiu que os sistemas alimentares hegemônicos só são eficientes desde a ótica da maximização dos lucros das grandes empresas agroalimentares. A agroecologia proporciona as condições para a produção de alimentos em quantidade, qualidade, e diversidade, promovendo a saúde humana e a ambiental, evitando desmatamentos e conservando os solos, as águas e a biodiversidade. Para a ANA, o Planapo é uma conquista dos movimentos sociais e a expressão do reconhecimento do atual governo federal desses potenciais da agroecologia. A sociedade civil organizada cobrará sua efetivação. O Programa Ecoforte, ao se orientar pelo enfoque territorial, é um elemento chave para a efetivação do Planapo, no entanto, que a expectativa era de um montante maior de recursos destinados ao primeiro edital. É urgente e necessária a ampliação dos recursos públicos para o fortalecimento das organizações, movimentos sociais e redes da sociedade civil, que historicamente construíram o movimento agroecológico no País. Esses recursos devem ser geridos de forma transparente e numa perspectiva de relação democrática entre Estado e sociedade civil.

Sandra Procópio, CNAPO

Sandra iniciou sua fala cumprimentando as autoridades oficiais e as autoridades populares. Disse que o Ecoforte é importante para consolidar o Planapo. É resultado de uma luta histórica da sociedade civil. É um direito, resultado de um longo processo de construção.

No Brasil, a Agroecologia e a Produção Orgânica são uma das lutas travadas, seja dentro do Estado ou na esfera da sociedade civil. Entre os desafios para a implementação do Planapo e de um programa como o Ecoforte, é o alcance, ou seja, que os impactos dessas ações cheguem onde precisam chegar, que é junto aos povos tradicionais, comunidades tradicionais, periferias urbanas, comunidades quilombolas, indígenas, camponesas, onde segundo o próprio Censo do IBGE estão as populações mais vulneráveis do País. O desafio é chegar às populações que mais necessitam, ajudando assim a superar o problema da fome que ainda existe no Brasil. Outro importante desafio é pensar em um processo que ajude a superar os mecanismos da burocracia que ainda é encontrada para o acesso às políticas públicas, que às vezes criminalizam as organizações, antes mesmos que essas possam acessar os recursos públicos. A sociedade civil vem discutindo a desburocratização como forma de fazer chegar a quem realmente tem direito. Outro ponto é que os programas superem a violência de gênero, que acontece, por exemplo, quando a participação das mulheres é desigual nas ações e na

execução. A própria ONU reconhece que para superar o problema da alimentação no mundo é preciso investir em programas onde as mulheres estejam no comando. Outro desafio é como pensar um modelo de desenvolvimento adequado para o nosso País, que inclua a voz de todas as populações, as mulheres, as pessoas do campo e da cidade, a participação equilibrada, com justiça, considerando as diferenças regionais e locais e que o Brasil não é uma massa homogênea, mas possui um vasto potencial, capaz de desenvolver seus territórios. Cada região pode ser desenvolvida de acordo com suas potencialidades, e isso precisa ser reconhecido. Por fim, o maior desafio é pensar em agroecologia e produção orgânica como um trabalho não só vinculado ao momento presente, mas que seja um trabalho de educação popular permanente, pois o que está sendo construído é para as futuras gerações, para outro modelo de sociedade, que acreditamos que é possível. Como diria Florestan Fernando, é preciso continuar conquistando, na luta, vitórias reais com o povo. Ações como esta podem ser consideradas vitórias reais com o povo, a partir de respostas de uma sociedade que vem historicamente, há anos, lutando por isso.

Francisco Oliveira – assessor do BNDES

Cumprimentou a Mesa, está representando o diretor Guilherme Lacerda. Lembrou que o papel do Banco como instrumento de financiamento na está presente só neste edital, mas que a agroecologia é estratégica na linha de financiamento da entidade para a agricultura e a agricultura familiar. Cabe às organizações cobrar do banco o financiamento. O BNDES tem um papel importante no Pronaf, mas é preciso chamá-lo e criar programas de convergência para que papéis se somem, assim como foi no Programa Terra Forte, e acreditamos que seja no Ecoforte também. Os recursos não são a “fundo perdido”, como se dizia antigamente. São recursos não reembolsáveis, parte do lucro do banco, e é preciso fazer a disputa por esses recursos. Este edital, ainda que limitado, é apenas o primeiro edital. O BNDES está disposto a fazer muitos editais, mas se trata de uma disputa de fundo público. Para chegar aonde o BNDES nunca chegou, é preciso contar com entidades fortes da sociedade civil. Citou o exemplo das cisternas, com a ASA e a FBB, para 20 mil cisternas de produção, e demandou recursos da ordem de R\$ 200 milhões. Já que existe a política, é preciso ocupar os espaços e disputar os fundos públicos.

José Caetano – Presidente da FBB

Agradeceu às parcerias da SG-PR e do BNDES, ao Banco do Brasil – instituidor da FBB, aos ministérios e aos representantes da sociedade civil. O ano é de muitas conquistas. O Programa Terra Forte está acontecendo e serão R\$ 67 milhões para 2014. O Cataforte está encerrando os editais I e II e prestando contas junto ao MTE/Senaes. Passando esta fase, será anunciado o Cataforte III, com R\$ 28 milhões, também em parceria com o MTE. Registrou o lançamento, em Gravatá (PE), do início da construção das 12 mil cisternas de produção, em nove estados do semiárido, que vai beneficiar 60 mil famílias, em 12 mil propriedades, em mais de 120 municípios. Serão R\$ 126 milhões do BNDES e R\$ 4 milhões da FBB destinados a essa finalidade. A FBB já construiu 74 mil cisternas de primeira água, beneficiando cerca de 350 mil pessoas, e até junho chegará à marca de 80 mil cisternas. Este ano, comemorarão a marca de 80 mil cisternas de primeira água e 12 mil de produção. Hoje é lançado o edital Ecoforte, com R\$ 25 milhões para o fortalecimento de redes, de cooperativas e organizações cocioprodutivas. Adicionado a isso, haverá R\$ 7 milhões para extrativismo na Amazônia, em conjunto com o MMA e o BNDES, via Fundo Amazônia; R\$ 3 milhões para municípios verdes e R\$ 2 milhões para um escritório de projetos. 2014 será um ano de recorde de investimento

social para a FBB. A FBB tem alocados em seu orçamento R\$ 319 milhões para 2014, que é mais do que o dobro do investido em 2013 e muito superior aos R\$ 200 milhões investidos em 2012. Sempre haverá limitação orçamentária. O foco da participação da FBB é em projetos mais estruturantes, com transparência de acesso em forma de editais e que transforme a realidade dos participantes. A estratégia da FBB está bem alinhada ao que espera o Banco do Brasil, como instituidor, aos parceiros institucionais e às políticas públicas.

Cássio Trovatto – Coordenador de Formação – SAF/MDA

Cumprimentou a todos e falou sobre a importância estratégica do Edital Ecoforte para a implementação do Planapo. O Programa vai trazer resultados que o Planapo não alcançaria sem esta ação. Valorizou o espaço de interlocução entre governo e a sociedade para o desenvolvimento de um Brasil melhor.

Gilberto Carvalho – Secretário geral da Presidência da República

Disse estar feliz com esta conquista, mesmo reconhecendo a limitação do programa frente às iniciativas do governo em relação a outras políticas. Disse ainda que este é um momento de celebração, é o resultado da costura paciente, feita pela pressão, briga, protesto e generosidade de quem faz militância e daqueles que ocupam postos dentro do estado, que é um estado feito pelas elites para financiar os grandes. Vai-se tentando mudar a lógica. Mas dá um trabalho enorme, tudo para uns é rápido e para outros é um esforço enorme. É preciso reconhecer a participação dos movimentos sociais, pressionando para obter os avanços necessários. Agradeceu aos parceiros institucionais, às articulações e disse que formamos uma rede. Disse que o projeto da agroecologia é lindo, produzir o alimento respeitando a terra e dando autonomia para as pessoas viverem com dignidade e ao mesmo tempo oferecendo um produto que dá vida saudável e construindo uma relação social diferenciada. Afirmou que está feliz, apesar desse resultado estar longe do que gostaria, que queria estar anunciando muito mais, mas que vai continuar brigando. Os recursos públicos serão democratizados. As conquistas ainda são pequenas, mas alguns caminhos estão sendo encontrados para mudar a lógica do Estado graças à pressão dos movimentos sociais.

Após a fala do Ministro Gilberto Carvalho, foi declarada encerrada a cerimônia de lançamento do Edital Ecoforte.

Dando prosseguimento à pauta da 6ª Reunião da CNAPO, Iracema Moura e Álvaro Carrara coordenadores da reunião, propuseram a reorganização da pauta, em função da alteração de horário provocada pelo lançamento do Edital Ecoforte:

Manhã

- Apreciação do relatório da 5ª Reunião da CNAPO;
- Balanço do Planapo (Resultados 2013 e Perspectivas 2014): 30 minutos para apresentação; informe da PLOA 2015; 30 minutos para dúvidas, comentários, etc. (sendo 3 min para cada pessoa); 10 minutos para os esclarecimentos e as considerações finais do MDA;
- Almoço.

À tarde

- Relatos das ST e GT (10 minutos para cada);
- III ENA (15 minutos);
- AIAF (15 minutos);
- Campanha Brasil Orgânico e Sustentável – MDS (15 minutos);
- Semana dos Alimentos Orgânicos – MAPA (15 minutos);
- Informes e encerramento.

A Plenária aprovou a reorganização da pauta.

2. Em seguida, foi apreciado o Relatório da 5ª Reunião. Como não houve considerações ou discordâncias, a Plenária considerou o documento como aprovado.

3. Cássio Trovatto, do MDA apresentou o Balanço do Planapo:

- Será apresentado o relatório de execução do Planapo;
- Com o lançamento do Planapo em outubro de 2013, houve pouco tempo hábil para a análise aprofundada das iniciativas. Em função disso, o documento não é puramente analítico e foi trazida uma qualificação em texto do que o Planapo alcançou;
- Criação do Comitê de Monitoramento e Avaliação, no âmbito da CIAPO, composto por quase todos os Ministérios (apenas dois participam esporadicamente), em caráter efetivo;
- Definição de instrumentos de acompanhamento - conforme planilha entregue aos participantes. Traz todas as iniciativas do Planapo e é acompanhada pela secretaria executiva da CIAPO. Para o ano de 2013, há 62 iniciativas, com metas físicas e orçamentárias, que tiveram a sua situação atual avaliada;
- Foram definidas as categorias de avaliação, feita a avaliação das metas e o resultado da sistematização foi avaliado pelos órgãos. Resultado da sistematização, que foi um processo conduzido em parceria com todos os órgãos envolvidos;
- O resultado da sistematização foi devolvido aos órgãos envolvidos para aprovação ou ajustes, caso necessário. Essa avaliação foi trazida para uma reunião da CIAPO, para avaliação e aprovação do relatório final. Essa foi a metodologia utilizada para a elaboração do relatório;
- A planilha de acompanhamento distribuída aos participantes diz respeito às iniciativas com metas para 2013;
- Consideram que houve avanço em grande proporção;
- Categorização: Sem informação (o órgão não prestou a informação); Não iniciada (não houve ações para dar início à iniciativa); Em construção (houve ações para iniciar a iniciativa, mas os indicadores utilizados para definir as metas ainda não começaram a ser sensibilizados); Em execução (os resultados físicos começam a ser atingidos, sensibilizando as metas. Ex. 75 mil beneficiários na Chamada – 8 mil contratados, ou seja, está “em execução”: houve a construção, mas a meta ainda não foi alcançada); Executada (meta atingida conforme definido no Planapo);

- Análise do Gráfico em Pizza: situação das iniciativas previstas para o ano de 2013:
 - 42% executadas;
 - 24% em execução;
 - 22% em construção;
 - 9% não iniciadas;
 - 1,5% sem informação.
- O gráfico demonstra que as iniciativas para o ano de 2013 estão em execução, de fato. Significa dizer que o Planapo alcançou uma celeridade, velocidade, conforme se pretendia;
- Leitura e detalhamento de cada linha da Planilha de Monitoramento da CIAPO (distribuída na pasta). Cada linha representa uma das 62 iniciativas do Planapo em 2013;
- Perspectivas:
 - Em 2014, os resultados serão acumulados com os de 2013. Espera-se, assim como em 2013, um bom resultado de execução.
- A estrutura de gestão envolvendo CNAPO e CIAPO trouxe uma maior aproximação entre os Ministérios e órgãos envolvidos e entre esses e a sociedade. Contribuiu para o atingimento das metas, na medida em aproximou as agendas de cada órgão envolvido;
- Desafios:
 - É importante não perder recursos, mesmo com o contingenciamento dado;
 - 2014 é um ano eleitoral, em que a execução fica dificultada, em função do período eleitoral. É preciso acelerar a execução antes desse período;
 - Necessário maior esforço de aproximação entre Consea, Condraf e CNAPO, integrando essas esferas para que sejam atores de um único debate sobre o processo de desenvolvimento do campo para o campo;
 - Estruturação da CIAPO, para dar consistência no seu processo de gestão;
 - CNAPO deve ser fortalecida em seu processo de gestão em 2014. Essa ação deve ser considerada um desafio para o governo.
- Oportunidades:
 - Temos um conjunto grande de espaços de negociação nas agendas políticas, onde o Planapo pode ser utilizado como um instrumento legítimo de negociação para avançar politicamente, inclusive nos estados e municípios, na temática da agroecologia e produção orgânica;
 - O AIAF é estratégico, inclusive com o aproveitamento da agenda internacional que está sendo construída;
 - Avanço sobre a democratização do debate sobre agroecologia e produção orgânica.

- Iracema ponderou que o Balanço apresentado traz não só a questão do monitoramento, mas também a própria metodologia e o instrumento utilizado como resultados desse processo.
- Frei Sérgio reconhece os avanços, notadamente os avanços formais, como o próprio Planapo, mas pondera que isso não é suficiente. Considera que houve grande avanço no debate público, no fato de tirar as sementes crioulas da clandestinidade, nas chamadas públicas de ATER, etc. Colocou a preocupação com os seguintes fatos:
 - O anúncio do MDS de que o processo de compra de sementes crioulas será lançado em agosto. Agricultura tem época certa. Se lançar nesta data, não adianta, fica para 2016;
 - Da parte do MDA, de que o Pronaf Agroecologia será nas regras gerais comuns do Pronaf. O modelo atual do Pronaf, na avaliação do MPA, segue uma lógica financeira, destinando cada vez mais dinheiro para menos pessoas;
 - O lançamento deste Edital do Ecoforte, fraco, com tão poucos recursos. Os movimentos sociais foram excluídos desse processo;
 - A posição da direção da Embrapa, de que este órgão, que é o principal órgão de pesquisa do País, não terá um programa de pesquisa em agroecologia;
 - A situação do setor de fiscalização sanitária do Mapa, que nunca fechou tantas agroindústrias, com tantas exigências absurdas, além de não permitir a abertura de novas.
- Sara ressaltou a importância do acesso aos dados e informações do balanço do Planapo, além da proposta inicial de monitoramento que foi apresentada, para considerações e contribuições. Colocou a importância da incidência de todos, para aprimorar os instrumentos e contribuir para que o Plano se efetive. Reconhece o esforço de execução, mas considera que instrumentos fundamentais para a implementação do Planapo precisam ser construídos ou estão em processo de construção. Sem estes instrumentos, fica altamente comprometida a execução do Planapo, inclusive das ações dadas como executadas. Como exemplos, citou o crédito, o fomento, o marco conceitual e legal da agroecologia e o programa nacional de redução do uso dos agrotóxicos. Admite que o processo é de construção, e que há muitos desafios e obstáculos para enfrentar. Colocou a necessidade da criação de indicadores adequados e da garantia de momentos em que se possa ouvir da base (agricultores e agricultoras, população consumidora, etc.), na forma de seminários, por exemplo, para trazer o aspecto qualitativo a essa proposta de monitoramento e avaliação.
- Ferrari colocou a satisfação de estar nesse momento de acompanhamento da execução do Planapo. Questionou o impacto real de algumas iniciativas para a agroecologia, pois apesar estarem como executadas não trouxeram benefícios concretos. Considera que essa deficiência é um reflexo do processo de construção do Plano, que acabou permitindo que se agregassem ações que hoje se revelam apenas como metas para execução burocrática, formal. Ressaltou o esforço feito pela CIAPO,

sugerindo que sejam incluídas as informações relativas à execução financeira. Reforçou a fala da Sara, dizendo da insuficiência deste tipo de instrumento para que a CNAPO acompanhe a execução do Planapo, uma vez que não revela como a execução está se dando nos territórios, junto às famílias, e como é que essas iniciativas se articulam nos territórios. Ponderou que sabe que esses esforços estão sendo feitos pelos órgãos e ministérios, mas é preciso ter a percepção do que ocorre no território, sobre como os atores locais, responsáveis pela implementação das políticas. Essas nuances é que vão delinear as necessidades do desenvolvimento multidimensional da agroecologia no território, envolvendo crédito, terra, ATER, entre outras questões. Ponderou ainda que é preciso ampliar esse debate para além da CIAPO.

- Pedro Serafim, Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e membro do GT Agrotóxicos. Colocou a satisfação com a iniciativa de criação do Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos, que perpassa outras iniciativas e traz à tona não só a questão do impacto no campo, mas na cidade, na saúde do trabalhador, etc. Chamou a atenção para a importância da construção conjunta, entre governo e sociedade civil, com um viés de instrumento de controle social. Esta iniciativa abre a porta para a implementação de ações para a produção agroecológica e orgânica, além de contribuir para o enfrentamento da questão territorial, que é muito séria, com o uso de agrotóxico tirando agricultores do campo. Destacou a importância do programa para a população, contribuindo para a saúde da população e para a agricultura, bem como para a implementação do Planapo. A sociedade, assim como o Ministério Público, deve continuar denunciando, para que as ações se concretizem. Da parte do Fórum, estarão discutindo e reunindo subsídios para a criação do Programa, e também pontuando para o Ministério Público subsídios inclusive para ações de responsabilidade civil, não só para quem aplica, mas também aos que produzem produtos banidos em outros países.
- Jean Marc colocou que há uma diferença entre o percentual de ações executadas ou em execução e o que efetivamente isso representa em termos de recursos orçamentários. A parte mais significativa do Plano, do ponto de vista de recursos, está concentrada em crédito e ATER. Do ponto de vista do crédito, apenas começou-se a discussão sobre o financiamento da transição agroecológica. No caso da ATER, há uma discussão, inclusive anterior à formulação do Planapo, quando se chegou a uma formulação mais próxima do que seria a necessidade dos agricultores para a transição agroecológica. Colocou que, para que uma iniciativa seja considerada executada, é preciso que o público tenha recebido a ação. Ponderou que o Planapo é uma aglutinação de ações que já estavam em curso, com a inclusão de algumas ações novas, como o Ecoforte, por exemplo. Colocou que há um grande esforço a ser feito quanto à formulação, para que essas ações cheguem aos agricultores e de fato contribuam para a transição agroecológica.
- Carmen Munarini reforçou a importância da participação das mulheres e dos projetos que estão sendo destinados às mulheres, mas que a concretização desta participação está muito distante ainda. Citou como exemplo a questão dos projetos, que passam por entidades e redes, que podem ser contra a favor da agroecologia. Outra questão

colocada foi a junção de jovens e mulheres, que não considera adequada. Ponderou que há iniciativas com valor já orçado, em outros programas, e que foram transferidos para o Planapo.

- Generosa colocou a questão da comunicação, tratada no ST Conhecimento, quanto à responsabilidade dos Estados. Considera que a ação dos Estados está no nível da simpatia, mas que essa ação é muito tímida diante da proposta e que é preciso massificar para fazer chegar essas ações aos agricultores. Colocou que é preciso pensar na responsabilidade dos governos municipais e estaduais nesse contexto.

A palavra foi devolvida a Cássio, do MDA, para fazer suas considerações finais. Cássio pediu que os colegas dos ministérios se manifestassem, para os esclarecimentos necessários.

- Daniela, do MDS, sobre o anúncio quanto ao PAA Sementes, informou que o secretário Arnaldo afirmou que o comprometimento da SESAN é que o processo esteja concluído para iniciar as operações em abril;
- Jorge, do Mapa, considerou que o fato das ações terem sido aglutinadas no Planapo reforçou a importância dessas ações para a destinação de orçamento. Deu o exemplo do Mapa, que teve um reforço em seu orçamento para essas iniciativas, saindo de R\$ 1,5 – 1,7 milhões para R\$ 5,7 milhões, em função dos compromissos assumidos no âmbito da PNAPO e do Planapo. Considerou ainda como positiva a articulação entre os órgãos;
- Paulo Guilherme, do MMA, considerou que ainda estamos na fase de implementar as ações pré-existentes, mas temos que chegar no momento de redesenhar o Planapo como um todo, identificar os gargalos de todas as áreas, ou seja, no que se deve avançar, seja no nível federal ou envolvendo estados e municípios, avaliar de forma crítica o que foi executado e o que deve mudar em uma nova edição do Plano. No âmbito do MMA, que atuou no sentido de articular essa discussão, em um primeiro momento, animando o processo. Hoje, o papel institucional do MMA tem que ser revisto. Estão em processo de discussão com as diversas áreas do MMA, e seus órgãos vinculados, para reposicionar o papel do MMA. Pondera que esta ação é inovadora, e que os papéis institucionais devem ser entendidos e delimitados, dialogando com instrumentos como o PPA, por exemplo. Deve-se estar atento a isso, pois essa é uma questão também de disputa pelo orçamento público, o que depende de articulação política. Nesse processo, é preciso identificar e sinalizar as dificuldades, por meio do monitoramento da execução, e ter o apoio da sociedade para ajudar a mobilizar e obter os avanços necessários. Pediu o apoio tanto por parte do governo quanto da sociedade civil, para ter mais claro o papel do MMA neste momento.
- Ronaldo, do MDA, informou sobre a sistematização das informações que resultaram no relatório do balanço. O comitê de monitoramento e acompanhamento do Planapo, na CIAPO, trabalhou com as informações enviadas pelos ministérios, que foi a base de dados utilizada. O recorte utilizado foi o das metas de 2013, mas receberam um conjunto de informações sobre as 125 iniciativas do Planapo. Algumas iniciativas, mesmo sem metas para 2013, já tiveram um esforço de realização e isso não está

sendo informado neste relatório. Apenas uma iniciativa ficou sem informações, ou seja, não teve retorno por parte do órgão responsável. Isso significa que houve bastante adesão e que os ministérios atenderam a essa necessidade de forma massiva. Ainda não conseguiram fechar as informações relativas à parte financeira, ou seja, à execução orçamentária, mas estão trabalhando nisso. Quanto ao processo de monitoramento, lembrou que é responsabilidade dos ministérios encaminhar essas informações à CIAPO duas vezes por ano. Por sua vez, é responsabilidade da CIAPO sistematizar essas informações duas vezes por ano e encaminhá-las à CNAPO uma vez por ano. A CNAPO tem a responsabilidade de propor mudanças e de contribuir com instrumentos para o aprimoramento do processo de monitoramento. Cabe à CNAPO, de posse deste primeiro relatório, avaliar as informações. Deu o exemplo sobre a questão levantada quanto à implementação das políticas na base, dizendo que esta poderia ser uma contribuição da própria CNAPO. Outra questão é quanto aos indicadores, que precisam ser aprimorados. O monitoramento é realizado com base nos indicadores definidos. Por exemplo, se o indicador para uma iniciativa de ATER é “número de famílias selecionadas”, não necessariamente haverá informações sobre o número de famílias efetivamente atendidas. Sobre a PLOA 2015, considera que houve poucas possibilidades de influenciar no orçamento de 2013/2014, mas que este momento é propício para influenciar a LOA 2015. A janela de oportunidade vai desta data até a data da próxima reunião plenária da CNAPO, portanto é preciso um grande esforço na direção da indicação dos recursos orçamentários visando o cumprimento da meta de 2015. Finalizou dizendo que houve reunião do GT Monitoramento e Avaliação da CNAPO e que as pessoas que participaram não foram as inicialmente indicadas, destacando a presença de apenas um representante da sociedade civil.

- Cássio, do MDA, finalizou dizendo que as ferramentas, instrumentos e metodologias do monitoramento, por parte da CIAPO, não estão fechados. Colocou a relação da parceria com a CNAPO, desde a elaboração do Plano, para colher subsídios e propostas para aprimorar esse processo e construindo impactos reais e efetivos para o campo. Na perspectiva do desenvolvimento da política no campo, há uma política, um plano e iniciativas concretas. O recurso precisa estar disponibilizado para que as iniciativas sejam concretizadas. Destacou a importância de se trabalhar em conjunto, CIAPO e CNAPO, para a obtenção de resultados concretos, a partir do aprimoramento do processo de monitoramento e avaliação, inclusive com o aprimoramento dos instrumentos de chegada das políticas no campo.
- Álvaro colocou a necessidade de encaminhar algumas questões levantadas, como:
 - Trabalhar o relatório da CIAPO, no que diz respeito às informações analíticas e financeiras;
 - Que as ST debatam esse instrumento e tragam para a plenária da CNAPO suas contribuições;
 - Que a CNAPO seja propositiva e encaminhe essas contribuições junto à CIAPO.

Tarde

4. Relatos das ST e GT (10 minutos para cada)

Subcomissão Temática Sociobiodiversidade

Relatoria: Francisca

ESCOPO DA SUBCOMISSÃO

O escopo da subcomissão temática da sociobiodiversidade deve ser amplo: com foco na diversidade cultural e ecológica do país, na incorporando a discussão sobre o agroextrativismo e ampliando a participação de movimentos sociais, principalmente nos PCTs.

Além de ser um fórum consultivo do PNSB, deve abordar outros temas, tais como:

1. Os sistemas agrobiodiversos e sistemas de cultivos tradicionais;
2. Biossegurança e regras de convivência;
3. Transmissão do conhecimento para a juventude;
4. Fortalecer a temática de gênero;
5. Enfocar a discussão da gestão territorial;
6. Contribuir para aperfeiçoar a regulamentação do uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade, ou seja, a regulamentação do manejo deve ser condizente com as práticas das comunidades;
7. Discussão de financiamento adequado ao extrativismo;
8. Territórios livres de transgênicos;
9. Concertação das políticas públicas relacionadas aos PCTs (PNGATI, PLANAFE, PNSB, etc) e ainda, propor estratégias de divulgação das ações para as comunidades, municípios e Estados.

PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO

Deve ter uma Coordenação Política composta por 2 representantes da sociedade: Jorge Zimmermann (Rede Cerrado) e Edel Moraes (Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS) e uma Coordenação Executiva, com representantes de Governo (MDA/MMA/CONAB).

Recomendações:

- Papel da ST deve focar na melhor definição do escopo e elaboração de textos base;
- Priorizar temas a serem trabalhados a cada reunião;
- Construir Regimento Interno;
- Garantir recursos para a participação da Sociedade;
- Convidar o MEC para compor o grupo.

ENCAMINHAMENTOS COM RELAÇÃO À GOVERNANÇA DO PNSB

Subcomissão Temática deve ser reconhecida dentro do **PNSB** como um Fórum Consultivo. Recomenda-se que a Portaria seja modificada, ampliando a participação de instituições na coordenação do PNSB com a inclusão dos seguintes órgãos:

- CONAB
- Serviço Florestal Brasileiro - SFB
- ICMBIO
- EMBRAPA
- MCTI
- FUNAI

AGENDA DE TRABALHO

Participação de representantes da ST Sociobiodiversidade na reestruturação PNSB – Oficina MDA/GIZ, em Brasília.

Próxima atividade: realizar oficina temática de sociobiodiversidade no Encontro Nacional de Agroecologia.

Temas propostos:

- Relação entre a agroecologia, sociobiodiversidade e segurança alimentar;
- Experiências exitosas e conflitos com o agronegócio;
- Análise de políticas públicas para a sociobiodiversidade.

Subcomissão Temática Mulheres

Relatoria: Verônica

Memória:

- 19 mulheres presentes nesta segunda reunião, que foi iniciada com a socialização da síntese da reunião anterior e em seguida foram apresentados informes sobre a participação dados trabalhos das demais ST e GT, com destaque para a de Conhecimento e de Sementes;
- Houve informe sobre o Programa de Organizações Produtivas de Mulheres Rurais – Balanço das Ações e Iniciativas executadas no âmbito do Planapo, conforme apresentado na parte da manhã pela CIAPO;
- Estratégia de funcionamento e organização da própria ST Mulheres;
- Proposta do DPMRQ: elaborar tabela das iniciativas no âmbito do Planapo que dialogam com a pauta das mulheres, para subsidiar a participação das representantes da ST Mulheres nas demais ST e nos GT;
- Recomendação sobre o conceito de produção agroecológica – considerar o que está definido na PNAPO;
- Informe sobre o Terra Forte: houve a Chamada. No balanço geral, dos 79 projetos, não há projetos de mulheres e apenas um é vinculado à agroecologia e produção orgânica. Recomendação de colocar percentual de mulheres, relacionado a cooperativas e associações e trazer o foco da agroecologia para os próximos editais. A questão da contrapartida também precisa ser debatida, pois os projetos envolvem valores altos, e sabe-se de projetos aprovados em que as organizações não tiveram condições de dar a contrapartida;
- Ver com as organizações de mulheres a possibilidade de encaminhar projetos para o Edital do Ecoforte;
- Mais do que garantir que os critérios que favorecem as mulheres estejam presentes, é importante acompanhar se na execução esses critérios estão sendo cumpridos;
- Embrapa está se organizando, com a criação de um grupo interno, para cumprir as metas estabelecidas no Planapo;
- MDA informou que está com uma consultoria para fazer levantamento dos Bancos de Sementes e para trazer propostas sobre como será a compra de sementes crioulas;

- Foi identificado que a temática “Água” não está como tema em nenhuma ST ou GT. O MDS não conseguiu sistematizar as informações sobre o impacto na vida das mulheres. É preciso ainda identificar as mulheres nos programas;
- ATER (MDA) – relatado pela manhã;
- Questão da formação: Pronatec informou que, na área urbana, mais de 60% do público é de mulheres. É preciso levantar os dados do acesso das mulheres na área rural;
- MMA deve fazer levantamento sobre a participação das mulheres, no universo de 10 mil extrativistas;
- Foi feita uma recomendação sobre abrir os critérios para a participação de mais mulheres, pela DPMRQ, para o Guia FIC (Formação Inicial Continuada), que não obteve retorno. É preciso saber se esta recomendação foi incorporada;

Encaminhamentos:

- Na próxima reunião, que os vários ministérios tragam o balanço das ações no que diz respeito à questão das mulheres;
- Apresentação, por parte do MDS, sobre a temática da Água;
- Embrapa fazer informe sobre as iniciativas que estão no Planapo, no que diz respeito à formação e à pesquisa;
- Nova divisão das participantes da subcomissão para participar das demais ST e GT, fortalecendo a discussão das mulheres.

Informes:

- ENA – será tratado na pauta da CNAPO;
- Mostra Nacional de Produtos Agroecológicos das Mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, iniciando no dia 24.03, com uma exposição, e de 24 a 26.03, com o II Encontro Nacional de Mulheres dos Territórios, em Brasília (DF).

Subcomissão Temática Insumos

Relatoria: Verônica

Memória:

- 8 participantes, que iniciaram com os informes sobre a reunião anterior;
- Em seguida, trabalharam os desdobramentos dos encaminhamentos da reunião anterior, com a subdivisão em grupos por objetivo afins, ficando esta como a nova forma de organização e com a responsabilidade de convidar outras pessoas que possam contribuir nos temas:
 - 1- Produtos fitossanitários e pós-colheita:
Coordena: Rogério (MAPA)
Compõem: Daniela (ANVISA), Medeiros (EMBRAPA), Mateus e Celso Tomita; consultar PROBIO para indicar representante para este grupo.
 - 2- Produtos para fertilidade de solos e plantas:
Coordena: Paulo D’Andrea
Compõem: Alberto; Polidoro; Ronessa; Eder, Ideraldo.

- 3- Produtos veterinários:
Coordena: Demattê (provisoriamente, enquanto o Rogério busca outras pessoas com perfil para este grupo).
Compõem: ainda não definiram.
- 4- Produtos para alimentação e nutrição animal:
Coordena: Demattê
Compõem: Maria Cristina e João Paulo.
- 5- Insumos para tecnologia de alimentos e embalagens de produtos de origem vegetal e animal:
Rogério fica responsável de buscar pessoas que possam contribuir nestes temas.

Encaminhamentos:

- O objetivo desses grupos é basicamente o desafio dos registros. Cada grupo trabalhará em reuniões que acontecerão antes das reuniões da CNAPO e trará para a reunião da ST os principais gargalo e desafios do ponto de vista:
 - Tecnológico;
 - Marco regulatório;
 - Decisão política.
- Medeiros – Embrapa fará identificação de quais projetos do Portfólio estão relacionados aos subgrupos definidos para fazer contatos para colaborar nos grupos;
- Fazer listas emails dos/as participantes da subcomissão;
- Trabalhar para o aumento e a formalização dos subgrupos na próxima reunião, com indicativo de data para segunda quinzena de maio, tendo em vista o III ENA;
- Elaborar Catálogo Nacional de Insumos para Agricultura Orgânica, que será online. Alberto e Ludovico farão proposta de Termo de Referencia para contratação dos serviços pelo SEBRAE;
- Solicitam à Plenária da CNAPO, para enviar em seu nome a solicitação de apoio ao SEBRAE para desenvolvimento ou customização de programa informatizado para operação do Catálogo;
- Fazer convite para que participantes de outras subcomissões possam também participar da ST Insumos, que está muito enxuta, principalmente da sociedade civil;
- Foi feita pela ANVISA breve explicação sobre os procedimentos para registros de produtos orgânicos e a necessidade de reforço em pessoal. Desafio da Legislação, que é de 2006, sendo pouco tempo para os laboratórios se adequarem.
- Alberto e Paulo D'Andrea irão socializar na próxima reunião o Decreto sobre adubo, destacando o que ficou de fora, para fazer discussão para nivelamento na Subcomissão.

Subcomissão Temática Conhecimento

Relatoria: Paulo Petersen

Memória:

- Como o conjunto de iniciativas é grande, optou-se por priorizar algumas inciativas para um relato mais detalhado e ser mais sucintos sobre as demais;

- As iniciativas priorizadas foram: Edital ATER Agroecologia (Dater/MDA); Pronatec (MEC); iniciativas da Embrapa e os Núcleos de Agroecologia, que articulam iniciativas de diversos ministérios (MEC, MDA, MAPA, MCTI, MPA – todos presentes);
- As iniciativas com apresentação mais sucinta foram: DPMRQ/MDA, Coordenação de Inovação e Sustentabilidade/MDA, Incra, FNDE, MAPA, MPA e MEC;
- Aspectos positivos: bom nível de execução das iniciativas previstas no Planapo; bom nível de articulação entre diferentes órgãos executores, particularmente no caso dos Núcleos de Agroecologia;
- Desafios: algumas iniciativas necessitam de maior interação entre os órgãos (a exemplo dos editais de ATER);
- Debateram a questão do monitoramento, que é uma questão que vai além da ST, sendo uma pauta da CNAPO. É preciso ter não só o olhar quantitativo, do ponto de vista da execução orçamentária, mas também um olhar qualitativo, crítico, que possibilite a verificação do efeito da implementação dessas políticas “na ponta”. É um desafio metodológico fazer essa avaliação. O medo da sobreposição de ações leva à fragmentação. Há que se pensar em sinergia entre os órgãos;
- Necessidade de pensar novos mecanismos de financiamento;
- Ideia do território como unidade de monitoramento. É preciso avaliar as políticas “na ponta”. Sistematizar experiências, chamar os sujeitos de direitos dessas políticas a opinarem, sobre como essas políticas estão sendo implementadas;
- Reeditar as redes de ATER;
- Criar redes de sistematização de experiências dos Núcleos de Agroecologia;
- Promover intercâmbios entre os Núcleos, entre as redes, entre as entidades que estão executando os editais de ATER. Além de ser uma forma de monitorar a própria política e aprimorar os instrumentos, promove o aprendizado, ou seja, a troca de experiências e a formação. Não basta pensar na capacitação clássica, mas investir na horizontalização. Isso significa pensar em novos dispositivos e alocar recursos para isso;
- Segundo a análise da ST, quem trabalha com agroecologia está inserido em um ambiente institucional hostil (no âmbito do governo). São pequenos grupos, mas que se ficarem isolados, terão dificuldades para crescer. É preciso criar redes e que se articulem entre si;
- Outra ideia, não exclusiva para esta ST, como sugestão para o monitoramento, é a criação de mapas para a visualização espacial da incidência das políticas públicas.

Encaminhamentos:

- Sugestão à Plenária da CNAPO que envie à presidência da Embrapa uma carta de solicitação de revitalização do Fórum de Agroecologia da Embrapa;
- Manifestação, junto à Embrapa, contrária à rejeição do Projeto em Rede de Agroecologia – Transição Agroecológica;
- Expectativa de que o III ENA seja um momento de monitoramento do Planapo;
- Ainda no III ENA, o eixo Conhecimento está sendo pensado com a realização de dois seminários temáticos (“Educação do Campo” e “Ensino, Pesquisa e Extensão”) e há

expectativa da presença de gestores públicos que possam contribuir também com o monitoramento das ações no eixo Conhecimento.

Subcomissão Temática Sementes

Relatoria: Gabriel Bianconi

Memória:

- Retomada do que foi discutido na reunião anterior, com o levantamento dos encaminhamentos e da situação atual (avanços e dificuldades). Rodada com os órgãos de governo, com o que foi possível avançar desde a última reunião; análise da planilha de execução; discussão sobre monitoramento; ação específica da Embrapa – abertura de bancos de germoplasma; discussão sobre como o tema das Sementes será abordado no III ENA.
- MDS: Operacionalização do PAA para a compra de sementes. O PAA está sendo revigorado (fato positivo). Todas as modalidades estão operando, menos a de compra e doação de sementes crioulas (fato negativo);
- Recomendam a modificação no decreto do PAA, para que seja incluída uma modalidade específica para a compra e distribuição de sementes crioulas;
- Propuseram alguns encaminhamentos sobre a operacionalização e a legislação do PAA. É preciso convergir nessa discussão com o grupo gestor do PAA. A demanda da ST é que o MDS divulgue uma minuta de decreto do PAA Sementes para consulta da ST, previamente à próxima reunião, e que um representante do grupo gestor do PAA seja convidado para participar da reunião da ST Sementes;
- O MDS informou que realizará um seminário com o grupo consultivo do PAA para discutir a formulação da modalidade Sementes do PAA. A ST demanda a participação de representantes nesse seminário;
- Foi discutida a problemática dos transgênicos e da contaminação. A proposta da ST é que a CNAPO demande um posicionamento do Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, para que o governo se manifeste sobre como avalia essa questão e como isso afeta a implementação e a realização da política de agroecologia e produção orgânica;
- Propostas específicas da ST Sementes para GGPAA:
 - Não há consenso sobre exigência de cadastro de variedades de sementes no registro do MDA. A proposta da ST é facultar a outras instituições a emissão de laudo de qualidade de sementes não restringindo essa atividade só aos laboratórios cadastrados no MAPA (a rede é pequena e isso pode encarecer e dificultar o trabalho).
 - Incluir, no âmbito do PAA, uma **taxa de administração**, para que as cooperativas possam operar a gestão do programa, sem que isso gere ônus ao agricultor;
 - Instituir forma de monitoramento, para que se possa entender e visualizar a forma de distribuição das sementes, quais quantidades, quais variedades, etc., e de que forma o programa está permitindo que as sementes cheguem às regiões que têm mais problemas, por exemplo, com o avanço dos transgênicos

ou com perda de diversidade, ou ainda para que não cheguem sementes de forma descoordenada nas áreas com programas locais de agrobiodiversidade.

- Informe MAPA sobre sementes orgânicas
 - Algumas ações estão sendo desenvolvidas a partir do trabalho dos Consultores Pedro e Patrícia, como a elaboração de cartilhas sobre produção de sementes de 10 culturas. O próximo passo é o mapeamento genético do acervo existente nos bancos públicos de germoplasma para as mesmas 10 culturas e mais algumas de hortaliças, para que seja feito em seguida um trabalho de retomada da produção, para que essas sementes voltem a ser disponibilizado para as comunidades. Para definir como será feita a elaboração desse diagnóstico, haverá uma oficina, nos dias 2 e 3 de abril, em Brasília (DF). Já foi definido um grupo da sociedade e do governo para participar.
- Informe MDA sobre sementes varietais
 - Solicitam que o MDA disponibilize o texto do programa de cooperação MDA – Embrapa, antes da próxima reunião da ST, para que se tenha acesso a detalhes em termos de número de variedades, locais etc., para poder debater na ST;
 - Solicitam que a CNAPO convide a Funai para participar da ST Sementes para discutir seus programas de doação de sementes.
- Planilha de execução da PNAPO no tema sementes. Que a CNAPO:
 - Proponha a inclusão de sementes e mudas nas diferentes modalidades da **PGPM** (Conab sociobio, Coagri, MDA Ag. fam).
 - Cobre da CIAPO esclarecimentos sobre o fato dos recursos para atividades do Planapo não estarem sendo liberados.
 - Cobre que os Ministérios disponibilizem **fichas de detalhamento** de suas iniciativas antes da próxima reunião, conforme encaminhamento da reunião anterior.
- Retornar a discussão sobre qual encaminhamento foi dado ao problema dos **editais CNPq** sobre sementes. Solicitam:
 - Que a Cnapo convide **MCTI** e **CNPq** para a próxima reunião para debate sobre edital 48 e editais de pesquisa em agroecologia, em geral.
 - Que o MDA apresente proposta de desenho de editais para ensaios na próxima reunião.
- Está em formulação uma proposta para a Embrapa, sobre a abertura de bancos de germoplasma. O CAA-MG apresentou proposta, que foi debatida. Para a conclusão da proposta, foi formada uma comissão para finalizar o documento. A ideia é apresentar a minuta do documento na visita ao Cenargen. Solicitam que a CNAPO convide o Diretor Waldyr para a atividade de visita da CNAPO. Data provável 26 de abril, na inauguração do banco do Cenargen.
- Informe e discussão sobre III ENA. Seminários temáticos casados com os eixos do Planapo. Um deles será sobre sementes e transgênicos.
- Gestão da ST Sementes. Para o funcionamento da ST, é necessário providenciar passagens para 10 pessoas que não são membros da CNAPO – divisão entre ministérios, Embrapa e Incra.

Encaminhamentos para a CNAPO:

- 1- Demandar posicionamento CNBS;
- 2- Convidar a Funai para integrar ST Sementes;
- 3- Convidar MCTI e CNPq para debater editais de agroecologia;
- 4- Solicitar à Embrapa uma visita da CNAPO, com a presença do diretor Waldyr da Embrapa;
- 5- Solicitação ao grupo gestor do PAA sobre a minuta do PAA Sementes.

Paulo Petersen propôs que todas as demandas relativas à Embrapa sejam encaminhadas pela CNAPO via Fórum de Agroecologia.

Subcomissão Temática Produção, Crédito, Fomento e Agroindustrialização

Relatoria: Sara Pimenta

- 29 participantes permanentes (15 do governo e 14 da sociedade civil), além dos visitantes;
- Considerando que muitos participantes que estiveram presentes na primeira reunião não estavam presentes na segunda, destacou-se a rotatividade do grupo. Em decorrência disso, foi sugerido que sejam definidos representantes fixo de cada instituição (titular e suplente) que compõe o grupo;
- Destacam a participação e integração efetiva na ST da Embrapa e do Inkra;
- Principais pontos de pauta:
 - Marco conceitual e legal da agroecologia e produção orgânica;
 - Fomento (Ecoforte);
 - Crédito;
 - Agroindustrialização e legislação sanitária;
 - Comercialização (PAA e PNAE);
 - Política interna de comunicação.

Pontos de Pauta:

1. Marco conceitual e Legal

- Proposta de portaria foi trazida pelo MDA. A ST sentiu necessidade de fazer um debate mais geral, de concepção. As questões foram registradas e foi definido um grupo (Chicão – MST, Luciano – Embrapa, Jean Marc, Cássio – MDA, Paulo – PJR, Beth – CTA e GT Mulheres ANA, Maurício - MDA e Laércio – Ecovida) para incorporar as sugestões e elaborar uma versão ajustada da minuta de portaria;
- Definir, a partir do público definido na PNAPO, o que é o processo de transição agroecológica;
- Trabalhar na perspectiva de universalizar a política de agroecologia;
- O instrumento mais adequado é a DAP? A proposta de portaria traz a ideia de uma DAP Verde. A DAP precisa ser repensada para a agroecologia (DAP verde ou agroecológica) ou deve ser criado outro instrumento (mais adequado do que a DAP) para certificação dos produtores agroecológicos.

2. Crédito

- O grupo criado na reunião passada (Cássio e Mauri – MDA, Jean Marc - Condraf, Renata Leite – DPMRQ, Laila Siman – Mapa, Oton Pedreira – Ministério da Fazenda, Paulo Poleze - Contag, Frei Sérgio e Marcos – Fetraf e Zaré, Luciano Matos e Marcelo Arcoverde - Embrapa), trouxe uma série de proposições para debate. Mauri (MDA) esteve presente para o debate. O grupo discutirá o crédito, de forma geral, e será responsável também por detalhar as planilhas de custo;
- O Banco Central, por exemplo, não tem um código para a agroecologia. A linha de crédito do Pronaf não é acessada por desconhecimento e não seria vantajoso. O crédito para a agroecologia deve ter diferencial que o torne atrativo.

3. Fomento

- O destaque ficou por conta do lançamento do Programa Ecoforte.

4. Ecoforte

- O volume de recursos aportados neste edital está abaixo das expectativas da sociedade civil;
- O processo participativo não foi satisfatório no processo de construção deste edital;
- O edital exige documentação muito ampla, o que dificulta o acesso;
- O edital atende a um público muito reduzido, apenas 2 redes por região;
- Houve relatos de órgãos públicos (Incra – Terra Forte, experiências do MDS). É necessário mapear essas experiências para apresentar uma proposta que se insira na PNAPO;
- Na semana que vem, haverá reunião do grupo que ficou responsável por animar o debate, priorizando a comunicação, as experiências de fomento e a legislação sanitária.

Sugestão da Mesa: Integrar o termo “Comercialização” ao nome da ST. Acatado.

Subcomissão Temática Grupo de Trabalho para Elaboração do Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos

Relatoria: Marciano Toledo

- Contextualização da primeira reunião, em 05 de dezembro de 2013:
 - Na ocasião, o grupo estava sob o impacto da notícia de uma proposta de lei que criaria outro mecanismo de regulação de agrotóxicos no País, com origem na Casa Civil, texto que acabou vazando nas redes sociais;
 - Por demanda da sociedade civil, em um amplo processo de debate que a ANA realizou; da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida; e sob impacto da criação de 6 fóruns estaduais de combate ao agrotóxico no âmbito pelo Ministério Público, foi feita a indicação de 4 representantes da ANA – sociedade civil e 4 membros da CIAPO;
 - Na reunião, nenhum dos indicados estava presente, com exceção da Anvisa e do Ministério da Saúde; nenhum outro órgão regulador de agrotóxicos estava presente; houve presença dos representantes da ANA;
 - O grupo se perguntou sobre quem faria a coordenação e quais seriam os primeiros passos;
 - O grupo deliberou que seria necessário mobilizar os demais órgãos de governo e outras organizações.

- Na segunda reunião, Contextualização da primeira reunião, em 05 de dezembro de 2013, havia cerca de 20 pessoas, com grande representatividade em termos de governo;
- A primeira discussão se deu em torno da definição da coordenação do GT, com o entendimento de sua finalidade específica, que é a de construir uma proposta de Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos, além de debater e acompanhar o desenvolvimento e a implementação das 6 iniciativas da meta 5 do eixo 1 do Planapo;
- A coordenação ficou assim definida: SG-PR (Selvino) e sociedade civil (Marciano). Irão compor o GT, necessariamente: os três órgãos reguladores (Ibama, Anvisa, Mapa), MMA, Mapa (Coagre) e Ministério da Saúde. Da sociedade civil: a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco; o Fórum e a ANA. Será feita consulta ao CNS e ao Consea;
- Mandato – irá se encaminhar instrumento administrativo próprio, interno, sem necessidade de portaria interministerial. Prazo do mandato – A princípio, será mantido o prazo inicial até 21 de agosto;
- No decorrer do trabalho, a coordenação convidará outros órgãos de governo ou instituições que se fizer necessário;
- Dinâmica de Trabalho do GT - Como o GT tem prazo limitado - (agosto/2014), este não pode ficar atrelado à dinâmica de reuniões das outras subcomissões, precisamos nos reunir com maior frequência para darmos conta do trabalho e chegar ao objetivo de forma eficiente;
- Propostas de Eixos Orientadores para construção do Programa:
 - Proposta I:
 - Ações de “comando em controle”;
 - Foco em processos de Educação (produção de conhecimento, formação e conscientização);
 - Desenvolvimento de metodologia de pactuação com as demais instâncias: governos municipais e estaduais.
 - Proposta II
 - Foco no registro e regulamentação dos agrotóxicos;
 - Foco no uso/registro e controle dos agrotóxicos /ações de Educação – (ATER, formação de conhecimento);
 - Medidas econômicas e financeiras;
 - Desenvolvimento de alternativas ao uso de agrotóxicos.
 - DEMAIS PROPOSTAS:
 - Pela legislação, os produtos biológicos, vegetais “caem” no mesmo local, o que precisamos é de linhas que discriminem melhor e diferenciem o registro de regulamentação destes produtos. Discussão clara sobre a rotina destes processos;
 - A lei atual junta métodos químicos e biológicos tudo no mesmo bojo, precisa-se de medidas de regulamentação e fiscalização diferenciadas;
 - Proposta que se tenha, além dos eixos propostos, um específico sobre indicadores (monitoramento);
 - Devemos levar em consideração no programa, o público: pensar a diversidade e amplitude da ação que vai do uso extensivo ao intensivo de agrotóxicos, os consumidores, etc.

ENCAMINHAMENTOS:

- Data da próxima reunião do GT: 02 e 03 de abril (1,5 dias);
- Planejamento da reunião: coordenação do GT irá elaborar uma programação preliminar e socializará com o grupo;
- Convites aos membros do GT será feito pela coordenação do GT;

- Será criado um grupo de e-mails para socialização de materiais e diálogos
- Passar a relação de quem vem para a próxima reunião pela sociedade civil para a ANVISA até dia 18 de março (emissão de 02 passagens);
- Socializar agendas paralelas (GT-Consea, MS, Fórum, etc.)
- Serão enviados por e-mail, os documentos sobre o tema, como meio de preparação da reunião;
- Solicitam à CNAPO verificar a relação deste GT com as ST e o GT Monitoramento e Avaliação.

Subcomissão Temática de Produção Orgânica

Relatoria: Romeu

- Reuniu-se conjuntamente com a Câmara Temática de Orgânicos, com a presença de aproximadamente 20 pessoas;
- Foi discutido o Plano Safra e, em particular, a questão do crédito. Foi identificado que há uma insegurança, por parte dos bancos, em relação à capacidade produtiva da produção orgânica e agroecológica;
- Propõem como encaminhamento que sejam produzidas planilhas que demonstrem essa capacidade produtiva dos sistemas orgânicos de produção. Sugerem que os próprios agentes de ATER auxiliem na confecção dessas planilhas, e que estas sejam apresentadas aos bancos;
- Discutiram também que a produção orgânica hoje está colocada hoje no contexto do Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC. Sugerem que os juros dentro do ABC sejam reduzidos em 50% para os produtos orgânicos. Essas sugestões foram apresentadas ao Secretário Caio Rocha – Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, que concordou e ficou de levar esta proposta ao Ministro do Mapa;
- Sugerem trabalhar os temas Crédito, fomento, seguro e desoneração. A proposta é zerar os juros no caso do Pronag e do PGPAF para a agroecologia;
- Dentro do PGPM, sugere-se dar um percentual acima para os produtos orgânicos e agroecológicos;
- Semana dos Alimentos Orgânicos. A sugestão é que esse ano se trabalhe fortemente com as mídias sociais. Solicitam que quem tiver vídeos, documentários, etc., que possam ser usados no evento, envie para a Coagre/Mapa, que está centralizando as ações;
- Com relação à instrução normativa da CTNBio, de convivência, onde foram estipuladas distâncias que comprovadamente não são suficientes para evitar a contaminação: fizeram pedido ao Mapa existem casos comprovados de contaminação passiva, gerando perdas
- No caso do Mapa, existe a Coordenação de Agroecologia - Coagre. É demanda recorrente que os demais órgãos de governo envolvidos no Planapo tenham estruturas correspondentes para dar continuidade às discussões no âmbito do plano;
- Cadastro Nacional de Produção Orgânica – cadastro informatizado dentro do Mapa. Há dificuldade de introdução de todos os produtos. Foi anunciado pela Coagre que haverá uma simplificação do programa, para facilitar esse cadastramento.

Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação

Relatoria:

- Esta primeira reunião do grupo contou com a presença de aproximadamente 5 pessoas, sendo 4 do governo e 1 da sociedade civil;

- O GT deliberou que é necessário ampliar a participação da sociedade civil;
- Rever a composição inicial, de forma que haja representação de cada ST/GT neste deste grupo;
- Buscar a realização das reuniões em dia diferente da reunião de todas as outras subcomissões, para que representantes que participam de outras subcomissões possam participar dessa também, visto que o monitoramento e avaliação é um tema transversal a todos os outros temas.
- Propuseram que a CAISAN apresente, na próxima reunião, a metodologia de monitoramento do Plansan, para que seja avaliada a possibilidade de de aproveitamento ou adaptação dessa metodologia para o monitoramento e a avliação do Planapo;
- Sugerem que o relatório de monitoramento da CIAPO seja encaminhado previamente à reunião, de forma que haja tempo hábil para análise; - Metodologia para as próximas reuniões da CNAPO: A CIAPO deve encaminhar o relatório de monitoramento antecipadamente para todos os membros, para subsidiar o debate em todas as subcomissões. Cada subcomissão deverá analisar os dados e trazer propostas de melhoria do processo de monitoramento e avaliação para o GT de Monitoramento e Avaliação.
- Estruturar uma metodologia e rever indicadores que estão no Planapo, mas que não são suficientes. É necessário que essa subcomissão faça um debate sobre os indicadores definidos no Planapo, a fim de qualifica-los, e quando necessário, propor outros indicadores para enriquecer o processo de monitoramento e avaliação das iniciativas.

ENCAMINHAMENTOS

- ST Insumos: Carta ao Sebrae. Secretaria Executiva da CNAPO fará o encaminhamento;
- Levam para a Mesa Coordenadora: verificar se o tema “Comercialização” ficará como responsabilidade da ST Produção, Fomento, Crédito e Agroindustrialização ou se será incorporada em outras;
- ST Conhecimento: sugestões para o GT Monitoramento e Avaliação (Mapas e SIG). O GT aceitou incorporar as sugestões;
- GT Monitoramento e Avaliação: proposta de incorporar um representante de cada ST/GT. Iracema ponderou que é necessário abrir mais o debate, pois o ponto não está devidamente fechado. Nesse caso, cada ST/GT deve enviar para a secretaria executiva da CNAPO os membros que serão acrescentados, para que seja providenciada a logística necessária já para a próxima reunião. A secretaria executiva da CNAPO pode ajudar na articulação entre a coordenação do GT M&A e as demais;
- Selvino esclareceu que a finalidade do GT é, conforme Planapo, “definição de mecanismos, instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação” do Plano. Em outro ponto fala-se em monitoramento pela CNAPO, em um segundo momento;
- ST Conhecimento fez conjunto de propostas para o monitoramento. São propostas de envolvimento que extrapolam inclusive a própria CNAPO, com a ideia do monitoramento na ponta. É uma proposta de atividade permanente e mobilizadora. Questiona-se até que ponto as sugestões da ST Sementes se aplicam às demais. Sugere que o GT M&A se reúna após as reuniões das demais ST e GT, para que cada ST/GT possa refletir sobre o monitoramento das iniciativas correspondentes ao seu eixo;
- Iracema coloca que as ST/GT precisam refletir se o monitoramento passa necessariamente pelas ST e GT, e de que forma isso deve acontecer. O GT deve fazer uma proposta metodológica que envolva as demais ST e GT, a Mesa Coordenadora e a própria CNAPO. Se na próxima reunião o GT senta depois, não tem como as ST e GT refletirem sobre o monitoramento, porque o GT precisa formular essa proposta para

formular essa proposta. Iracema sugeriu que o GT, em conjunto com a Mesa Coordenadora, defina a data da próxima reunião e quem serão os participantes;

- Iracema questiona se a proposta de realização de dois seminários dentro da programação do III ENA será discutida no âmbito do GT.
- Cássio esclareceu que a CIAPO tem a missão de monitorar todas as iniciativas do Planapo; que não ST ou GT para todos os eixos do plano; que o GT M&A traga uma metodologia de monitoramento e que isso seja estudado junto com a CIAPO;
- Iracema relatou que, conforme proposta do Paulo Petersen, as propostas relativas à Embrapa, serão encaminhadas pela Mesa Coordenadora, com a orientação de que sejam levadas à Presidência da Embrapa via Fórum de Agroecologia;
- Iracema esclareceu que o convite para participação da Funai, a pedido da ST Sociobiodiversidade, já foi encaminhado, mas que se for necessário um reforço, a secretaria-executiva da CNAPO pode encaminhar;
- Sobre os encaminhamentos da ST Sementes para a CNAPO:
 - **Demandar posicionamento do Conselho de Ministros** – A ST deve encaminhar minuta para a secretaria-executiva;
 - **MDS divulgar minuta do PAA Sementes;**
 - **Convidar o CNPq e MCTI em relação aos editais de pesquisas em agroecologia em Plenária.** Selvino sugeriu que a própria ST faça o debate e avalie se é necessário trazer. Se a sugestão é trazer para a plenária, deve-se encaminhar à Mesa Coordenadora para avaliação. Relembrou as Regras Básicas de Funcionamento aprovadas durante a 5ª Reunião, para evitar deliberações em plenária sem o devido acúmulo;
 - Participação de membros da ST no Comitê Gestor do PAA e no seminário da Embrapa (encaminhado no âmbito da ST).
- Iracema esclareceu que, como dinâmica de funcionamento, quando não há manifestação contrária ao que está sendo trazido pelos relatos de ST e GT, o pleno está de acordo com o que foi apresentado pelas ST e GT;
- Gabriel lembrou que apresentaram propostas, com origem em debates anteriores da ANA, ao Grupo Gestor do PAA, para a reformulação do decreto, e que essas não puderam chegar ao comitê por não terem sido encaminhadas oficialmente ao MDS pela Mesa Coordenadora da CNAPO. É necessário esclarecer a dinâmica de funcionamento para evitar que questões deixem de ser encaminhadas;
- Selvino colocou como proposta de encaminhamento, a necessidade de se pensar em uma proposta de regimento interno, já que o que existe hoje de definição está se mostrando insuficiente. O que for possível encaminhar hoje, se encaminha, e as demais propostas ficam para a próxima reunião;
- Daniela colocou a questão do risco da “personificação” das demandas das ST e GT, para fortalecer o espaço de demandas da CNAPO junto ao governo. Os pontos trazidos pela ST Sementes são os que foram destacados para que fossem encaminhados via CNAPO para ganharem força política junto ao governo federal;
- Iracema colocou que os encaminhamentos da ST Sementes, portanto, serão encaminhados à Mesa Coordenadora.

4. Informe III ENA

Relatoria: Paulo Petersen

- O III ENA está sendo concebido em estreita conexão com a CNAPO. Seu lema será: “Cuidar da terra, alimentar a saúde e cultivar o futuro”;
- Encontro será realizado pela ANA, de 16 a 19 de maio, em Juazeiro – Bahia;

- Pergunta geradora: Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia? Estão sendo realizados encontros estaduais, caravanas agroecológicas (metodologia de análise da construção da agroecologia em diferentes regiões do País. Verifica como a agroecologia vai se construindo em contraposição e no enfrentamento ao agronegócio). As caravanas estão demonstrando evidências de que a construção da agroecologia não se faz apenas com proposições afirmativas, mas que é também necessário frear a dinâmica expansiva do agronegócio. São dois modelos que não têm condições de conviver no mesmo espaço. Essa é uma convicção construída. É muito importante que uma política de agroecologia com políticas afirmativas, mas que deve ser também uma política de frear latifúndios e monoculturas, e de democratização da posse da terra no Brasil. É uma discussão de fundo político;
- Demonstrar a superioridade da agroecologia e da agricultura familiar, camponesa e dos povos indígenas, com a ocupação do espaço com base do grande agronegócio, a partir das experiências. Esse é o método da ANA de trabalhar. Assim foi no I, no II e será no III ENA;
- Esperam 2 mil pessoas, sendo 71% de agricultores e agricultoras praticantes e militantes da agroecologia; 50% no mínimo de mulheres; forte incentivo à participação de jovens; foram definidas cotas de participação por regiões;
- Na próxima semana, dias 20 e 21, a comissão organizadora se reunirá para acertar detalhes metodológicos do evento;
- Uma das questões chave no ENA é a comunicação. É necessário fazer a disputa do território da comunicação; a ANA tem investido na articulação de uma Rede de Comunicadores, que já realizou um encontro preparatório ao ENA. Ocupar as mídias parceiras e disputar a mídia hegemônica;
- Vários eventos que se relacionam e que vão convergindo as temáticas relacionadas ao ENA foram e estão sendo realizados, e seguirão até a data do ENA;
- Primeiro momento do ENA: debate sobre os territórios em disputa estará presente no ENA. Os territórios são foco prioritário para a análise a construção da agroecologia. Como está sendo a construção, quais são as estratégias, quais as políticas públicas, como se dá a relação com o Estado, como o agronegócio chega e quais são suas estratégias;
- Segundo Momento do ENA: o conjunto de seminários temáticos dialoga diretamente com o Planapo. Seria um momento de monitoramento do plano. A ANA entregou documento político, resultado de um conjunto de seminários (regionais e nacional) com proposições para a construção do Planapo. Várias das proposições não foram incorporadas, mas esse documento é a referência que será discutida no ENA;
- Farão seminários temáticos, com parceiros. Por exemplo, o Seminário sobre Agrotóxicos, foi oferecido à Abrasco. A sugestão é que os membros da ANA que participem das ST ajudem a organizar. Na ST Conhecimento, por exemplo, há intenção de realizar dois seminários: "Educação do Campo" e "Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia";
- Contam com a ajuda dos membros para a organização desses seminários. Isso tem efeito de informar as bases e ao mesmo tempo é um momento de análise crítica sobre as políticas. Será um bom *feedback* sobre a percepção de quem está na ponta lidando com núcleos de agroecologia, Pronaf, PAA, PNAE, etc. Têm uma expectativa de contar com a presença dos gestores correspondentes. Pedem que reservem a agenda (domingo, 18 de maio);
- Estão previstas ainda oficinas temáticas autogestionárias e uma plenária final, em que se espera contar com a presença do governo, para dialogar sobre a Carta Política do ENA;

- Quanto à parte orçamentária, contam com a resposta do MDA, Mapa e MDS, a quem foi apresentado projeto.

OBS: O informe sobre o AIAF não foi realizado por ausência do representante do Comitê Brasileiro do AIAF.

5. Informe Campanha Brasil Orgânico e Sustentável

Relatoria: Sávio (MDS)

- Sobre o projeto dos quiosques, o edital já foi fechado. Estão na fase de pré-seleção dos empreendimentos. Cada quiosque conterá produtos de seis empreendimentos da agricultura familiar. Esperam divulgar no site do MDS até a próxima semana;
- Dia 05 de março, saiu uma chamada pública, 001/2014, para a aquisição de alimentos, na modalidade PAA Institucional, para prover os Kits dos Voluntários do governo federal. São 10 itens, como castanhas (de caju, do Brasil e de Baru), biscoitos integrais, mel em sachê, sucos diversos, abacaxi desidratado, entre outros. Haverá capacitação para cerca de 20 mil voluntários na Copa 2014. O edital está aberto até sexta, 21 de março;
- O edital está no site do MDS e há uma comissão que responde dúvidas pelo e-mail licitação@mds.gov.br. O edital também pode ser solicitado neste e-mail;
- Pede o apoio dos membros da CNAPO para a divulgação dessas informações.

6. Informe Campanha Semana dos Alimentos Orgânicos

Relatoria: Rogério Dias (Mapa)

- Esse ano, a campanha está articulada com a Campanha Brasil Orgânico e Sustentável;
- Têm sido realizadas reuniões com parceiros para definição de ações conjuntas;
- Cada Estado da federação, por meio das CPOrg estaduais, tem autonomia para organizar as ações localmente. O cuidado é que para que se tenha uma unidade de temas e objetivos, alcançando uma maior repercussão e o máximo de mídia espontânea;
- A proposta é trabalhar ao máximo via redes sociais, produzindo o mínimo de material impresso. O ideal é produzir material de uso prolongado, como camisas, bonés, bolsas, enfim, itens que possam ter uma exposição mais permanente;
- Reforçar a importância dos circuitos curtos de comercialização, feiras locais, relação com o consumidor. Irão estimular eventos nesses ambientes;
- Em articulação com Proposta do MMA é que aconteçam, em pelo menos uma cidade de cada bioma, feiras de produtos da sociobiodiversidade, com foco na gastronomia;
- Romeu fez solicitação de que entidades que tenham materiais disponíveis para utilização nas redes sociais e em projeções, como na sugestão do MS, de passar filmes nos hemocentros. A ideia é a de projetar filmes, com informações acessíveis;
- O Objetivo da campanha é trabalhar a população da cidade. A questão é como incorporar os consumidores urbanos nessa discussão;
- Todo ano se busca um slogan para a campanha. A proposta que foi colocada na reunião da CTAO foi usar, com o consentimento da ANA, o mesmo lema do III ENA.

7. Informes Gerais

- Selvino: Rede de Educação Cidadã – Recid. Articulação de processos educativos e formativos dentro do governo federal, em diálogo permanente com a sociedade, na linha da Educação Popular. Nos dois últimos anos, tem sido intensificado o debate

sobre a construção de uma política nacional de educação popular, para articular ações internas ao governo, em articulação permanente com a sociedade. Está sendo finalizado um marco de referência da educação popular para as políticas públicas. O próximo passo é institucionalizar a educação popular como política pública;

- Terezinha: 4ª Conferência de Segurança +2. Para as populações indígenas, tem se buscado ampliar o diálogo sobre a agroecologia. Vão estar presentes 40 delegados indígenas, que vão voltar para as suas regiões conhecendo melhor a PNAPO e o Planapo. A atividade articulará os temas agroecologia, segurança alimentar e bancos de germoplasma. Terça-feira, entre 18h e 20h30, no Instituto Israel Pinheiro;
- Álvaro: 8º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. Vão ouvir das comunidades do cerrado como o Planapo está chegando na ponta. Acontecerá no mês de junho, em Brasília. A Rede Cerrado está buscando formas para fortalecer o encontro da ANA. Estão precisando também de recursos para viabilizar o encontro;
- Lucas: Proposta que a CNAPO indique três membros como titulares e três como suplentes para o Comitê Gestor do Ecoforte. A proposta será encaminhada à Mesa Coordenadora;
- Cássio: No próximo Plano Safra, haverá plano específicos para o semiárido e para a região norte. Os membros da CNAPO serão convidados para os seminários que acontecerão nas regiões norte e nordeste em abril;
- Iracema: encaminhamento da data da próxima reunião da CNAPO. A previsão era 03, 04 e 05 de junho. A proposta é que, em função da Copa, seja antecipada para a última semana de maio, ficando para dias 28, 29 e 30 de maio. A pauta foi confirmada.
- Iracema: sobre as regras de funcionamento, a Mesa Coordenadora deve enviar o novo documento já para as ST e GT, para discutirem previamente;
- Chicão: propôs alterar a data para depois da Copa. Manifestações: Selvino; Rogério Dias; Álvaro; Paulo Petersen.
- Joaquim: acrescenta que, no caso dos orgânicos, na mesma data haverá Congresso Brasileiro e Internacional dos Orgânicos em São Paulo, na data de 03, 04 e 05 de junho;
- Iracema: encaminhamento – pelos pronunciamentos, apenas o Chicão manifestou a preocupação;
- Cássio: para o evento dos orgânicos, haverá presença do governo e fica inviável fazer a reunião em Brasília em junho. Ou faz-se a reunião junto com o evento de São Paulo, ou muda-se a data da CNAPO;
- Iracema: encaminhamento – nova data para a reunião CNAPO: dia 28, 29 e 30 de maio. Pediu que os membros da CNAPO reservem as suas agendas e informou que a compra das passagens será providenciada o mais rápido possível.